



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 23, v. 1
nov.-dez. 2025
p. 71-89

Corpos abjetos: narrativas autobiográficas de um corpo gay militar

(*Abject bodies: autobiographical narratives of a gay military corps*)

(*Cuerpos abyectos: narrativas autobiográficas de un cuerpo militar gay*)

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira¹
Kelly Almeida de Oliveira²
Joelson de Sousa Morais³

RESUMO: Este artigo analisa o papel dos corpos abjetos na contemporaneidade, destacando a narrativa autobiográfica como método de pesquisa. Objetivamos identificar táticas viáveis para amplificar estas vozes que foram abjetadas. Analisamos como esses corpos LGBTI+⁴ reivindicam espaços negados historicamente. Conclui-se que a equidade somente poderá ser alcançada quando estes corpos abjetados forem reconhecidos, respeitados e incluídos em todos os aspectos da vida social e institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos abjetos; Narrativas autobiográficas; Diversidade; Inclusão; Direitos LGBTI+.

Abstract: This article analyzes the role of abject bodies in contemporary times, highlighting autobiographical narrative as a research method. We aim to identify viable tactics for amplifying these abjected voices. We analyze how these LGBTI+ bodies claim spaces that have historically been denied. We conclude that equity can only be achieved when these abjected bodies are recognized, respected and included in all aspects of social and institutional life.

Keywords: Abject bodies; Autobiographical narratives; Diversity; Inclusion; LGBTI+ rights.

Resumen: Este artículo analiza el papel de los cuerpos abyectos en la época contemporánea, destacando la narrativa autobiográfica como método de investigación. Pretendemos identificar tácticas viables para amplificar estas voces abyectas. Analizamos cómo estos cuerpos LGBTI+ reclaman espacios que históricamente les han sido negados. Concluimos que la equidad sólo podrá alcanzarse cuando estos cuerpos abyectos sean reconocidos, respetados e incluidos en todos los aspectos de la vida social e institucional.

Palabras Clave: Cuerpos abyectos; Narrativas autobiográficas; Diversidad; Inclusión; Derechos LGBTI+.

1 Doutorando em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor externo do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) da UFMA. E-mail: jhon_jhonys@hotmail.com

2 Doutora em Educação em Ciências e Matemática (UFMT). Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Campus Codó. É Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Gestão do ensino da Educação Básica (PPGEEB) da UFMA/São Luís e Professora permanente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFMA/ São Luís. Professora Visitante no Programa de Doutorado EDUCANORTE pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ka.oliveira@ufma.br

3 Doutor em Educação (UNICAMP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/Campus Codó. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)/UFMA, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE)/UFMA - Campus Imperatriz-MA e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPEEB)/UFMA-Campus Codó. E-mail: joelson.morais@ufma.br

4 A sigla LGBTI+ representa uma ampla diversidade de identidades sexuais e de gênero.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 30/05/2024
Aceito em 30/09/2025

1 Corpos abjetos em marcha – “uma vergonha pra gente [...] eu tenho é nojo, um absurdo deixarem acontecer isso⁵”

O presente artigo foca na compreensão do poder das narrativas autobiográficas de corpos abjetados, particularmente aqueles que se identificam como parte da população LGBTI+, dentro do cenário militar. Esta escrita aborda como essas narrativas podem ser empregadas para promover a inclusão e a representatividade em ambientes tradicionalmente rígidos e hierárquicos, como as instituições militares.

A questão que orienta este artigo é: como as narrativas autobiográficas de pessoas LGBTI+ dentro do cenário militar podem ser utilizadas para desafiar estereótipos de gêneros/sexualidades e promover a inclusão? Para tal, objetivamos identificar táticas viáveis para amplificar essas vozes, que muitas vezes são silenciadas, e utilizá-las como ferramentas poderosas na construção de ambientes mais justos e acolhedores.

O referencial teórico baseia-se em pensadoras/es⁶ contemporâneas/os que têm contribuído significativamente para o entendimento das questões de gênero e poder, tais como: Butler (2002, 2004, 2018) que em suas obras oferece uma base sólida sobre a performatividade de gênero e a abjeção. Foucault (2008) que apresenta críticas sobre o poder, a disciplina e as instituições. Haraway (2009a, 2009b) que apresenta ideias sobre o pós-humanismo e a ciborguização, e desafia as categorias fixas de identidade e corpo entre outras/os autoras/es.

Metodologicamente, utilizamos a narrativa autobiográfica como ferramenta central. A escolha por este método se dá pela sua capacidade de ampliar vozes, experiências e subjetividades frequentemente marginalizadas. Ao permitir que essas pessoas compartilhem suas histórias, é possível amplificar e destacar suas experiências, proporcionando um megafone para vozes muitas vezes silenciadas. Esta abordagem visa documentar essas experiências e utilizá-las para promover a inclusão e a diversidade nos espaços sociais, especialmente no contexto militar.

Para aprimorar a compreensão da/o leitora/leitor, este artigo foi organizado em quatro seções distintas. Iniciamos com esta introdução, onde são apresentados o objetivo e as seções, que constituem o artigo, fornecendo um panorama inicial sobre o conteúdo a ser analisado. Na segunda

5 As seções iniciam com recortes das narrativas autobiográficas do próprio narrador, com o propósito de proporcionar uma maior proximidade e familiaridade da pessoa leitora com o conteúdo da narrativa. Esses trechos selecionados funcionam como uma porta de entrada para os temas abordados, permitindo o mergulho na história e compreensão das experiências compartilhadas.

6 Nesta escrita, optamos por adotar, como forma padrão, a flexão de gênero no feminino, utilizando o masculino apenas após a barra “/”. Essa escolha é intencional e política: visa subverter a lógica tradicional da linguagem normativa, que historicamente impôs o masculino como universal e neutro. Ao privilegiar o feminino, buscamos tensionar essa convenção e estimular reflexões sobre os efeitos simbólicos e sociais da linguagem na construção das identidades de gênero. Mais do que uma decisão estilística, essa prática é um gesto de reconhecimento àquelas que foram sistematicamente silenciadas ou apagadas na linguagem e na história.



seção, “Corpo metodológico – *‘Cada passo que dou é uma afirmação do meu direito de existir [...]’*: **trilhando narrativas (in)visíveis**”, apresentaremos o porquê que optamos por utilizar a narrativa autobiográfica como método de escrita.

Na terceira seção, intitulada: **O corpo abjeto** – “[...] *o corpo é, acima de tudo, memórias [...] tais memórias persistem no corpo como ‘tatuagens’, manifestando-se de maneira intensa, presente e resiliente*”: **Narrativas autobiográficas**, apresentamos a concepção de corpo abjeto em diálogo com Judith Butler (2002; 2004; 2018) e compartilhamos de forma mais detalhada a narrativa autobiográfica do primeiro autor deste artigo, proporcionando uma visão mais íntima e pessoal sobre a experiência de habitar este corpo que foi abjetado no meio militar, nele, focamos em como as memórias e experiências se manifestam neste corpo, destacando sua natureza persistente e sua influência na construção da identidade.

Por fim, na última seção, **Abraçando a Diversidade e a Singularidade dos Corpos** – “[...] *eu vejo o meu próprio corpo como uma manifestação política*”, reforçamos a importância de reconhecer e abraçar a diversidade e singularidade destes corpos, destacando como essas perspectivas são fundamentais para promover inclusão, respeito e compreensão em nossa sociedade.

Conforme evidenciado, optamos por incorporar fragmentos da narrativa para iniciar e nomear as seções do artigo. Essa decisão foi deliberada, sendo uma escolha estratégica por parte das/os pesquisadoras/es, com o propósito de estabelecer uma conexão mais próxima e emocional entre a narrativa e a pessoa leitora. Essa abordagem visa não apenas informar, mas também envolver e sensibilizar as/os expectadoras/es para as experiências compartilhadas, tornando a leitura mais empática e engajada.

Esta escrita tem por objetivo central investigar a dinâmica do lugar do corpo abjetado na contemporaneidade, pesquisando a interseção entre identidades *gays* e a experiência dentro do ambiente militar. Analisamos a Narrativa Autobiográfica de um corpo *gay* inserido nesse contexto, buscamos compreender os desafios, conflitos e as complexidades enfrentadas por pessoas que lidam com a intersecção entre sua identidade de gênero ou orientação sexual e a estrutura militar, visando destacar a importância da inclusão e respeito à diversidade no âmbito institucional.

2 Corpo metodológico – “Cada passo que dou é uma afirmação do meu direito de existir [...]”: **trilhando narrativas (in)visíveis**

Bruner e Weisser (1995) destacam que desde pequenas/os, possuímos a habilidade inata de narrar nossas experiências cotidianas para figuras de confiança, como nossas/os mães/pais, professoras/es e outras pessoas em quem depositamos nossa confiança. Esse ato de transformar



nossas vivências diárias em narrativas autobiográficas está intrinsecamente ligado à nossa capacidade de nos situarmos temporalmente, seja no passado, presente ou futuro (Delory-Momberger, 2014). Essa prática narrativa não apenas reflete nossa percepção do tempo, mas também influencia a forma como construímos e compreendemos nossa identidade ao longo da vida.

O uso de narrativas autobiográficas como fonte de investigação e método de pesquisa assenta-se no pressuposto do reconhecimento da legitimidade da criança, do adolescente, do adulto, enquanto sujeitos de direitos, capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela (Passeggi; Nascimento; Oliveira, 2016, p. 114)

Ao narrar nossas histórias, (re)organizamos memórias e construímos saberes e aprendizados. Nesse processo, experimentamos uma gama de emoções: sorrimos, choramos, nos emocionamos. As narrativas nos conectam e desconectam do presente ao passado e vice-versa, permitindo-nos (re)visitar e (re)interpretar nossas experiências. Essa jornada introspectiva nos leva a questionar: “O que faço com o que sinto e penso ao narrar?” (Moraes, 2024, p. 11). Através da narração, não apenas compartilhamos nossas vivências, mas também damos novo significado a elas, transformando nossa compreensão de nós mesmos e do mundo ao nosso redor.

A narrativa autobiográfica utilizada neste estudo foi criada através de um processo cuidadoso e estruturado, dividido em etapas para garantir a integridade emocional do narrador e a objetividade das análises subsequentes.

Resgate das Memórias: O primeiro autor do artigo, que também é o narrador, iniciou o processo com o resgate de suas memórias. Este foi um processo solitário, no qual ele registrou suas experiências de maneira detalhada e reflexiva. A escolha por realizar esta etapa de forma isolada teve como objetivo permitir que o narrador se expressasse livremente, sem a influência ou interferência das/os outras/os pesquisadoras/es.

Em seguida, Documentação da Narrativa: Após a seleção das memórias, o primeiro autor documentou a narrativa em um formato de “escrita corrida” coerente e compreensível. Este documento serviu como a base principal para as análises subsequentes.

Leitura pela Equipe de Pesquisa: As/Os demais autoras/es do artigo receberam a narrativa documentada e a leram atentamente. Esta leitura preliminar foi essencial para que elas/eles pudessem se familiarizar com o conteúdo e compreender as experiências relatadas.

Análise da Narrativa: Com a narrativa em mãos, as/os autoras/es conduziram uma análise detalhada e crítica. Esta etapa foi realizada sem a participação do narrador para garantir a imparcialidade e a objetividade da análise. As/Os autoras/es empregaram conceitos teóricos de Judith Butler (2002, 2004, 2018), Michel Foucault (2008) e Donna Haraway (2009a, 2009b), entre outras/os, para interpretar as experiências e identificar temas recorrentes e significativos. A decisão



de manter o narrador afastado do processo de análise foi deliberada e crucial. Considerando os visíveis danos psicológicos que os acontecimentos narrados causaram, foi essencial evitar que ele reexaminasse suas próprias experiências de forma crítica. Esta separação protegeu seu bem-estar emocional e permitiu que as/os demais autoras/es realizassem uma análise mais objetiva e detalhada.

3 O corpo abjeto – “[...] o corpo é, acima de tudo, memórias [...] tais memórias persistem no corpo como ‘tatuagens’, manifestando-se de maneira intensa, presente e resiliente”: Narrativas autobiográficas

Ao iniciarmos esta seção, a pergunta inicial que antecedeu qualquer tentativa de definição, levantando questões fundamentais, foi sobre o que caracteriza o corpo contemporâneo e quais são os limites impostos ou autoimpostos a este? Espinoza (2009, p. 101) abordou essas indagações em suas escritas, onde menciona: “O fato é que ninguém determinou, até agora, o que pode o corpo, isto é, a experiência a ninguém ensinou, até agora, [...] sem que seja determinado pela mente, pode e o que não pode fazer.” Essa citação ressalta a complexidade em compreender plenamente as capacidades e os limites do corpo, sugerindo que a experiência individual e a mente desempenham um papel crucial na definição do que o corpo é capaz de realizar, e sobretudo, de ser.

Na época clássica, houve uma importante percepção do corpo humano como objeto e alvo de poder, conforme apontou Foucault (2008). A sociedade começou a entender o corpo não apenas como uma entidade biológica, mas também como um elemento passível de controle e disciplinamento, moldado de acordo com as normas e exigências do poder vigente. Até os dias de hoje o corpo continua a sofrer pressões internas e externas para se enquadrar dentro dessa fita métrica das relações de poder. Essas pressões são evidentes nas expectativas sociais, padrões de beleza, normas de comportamento e até mesmo nas exigências profissionais que estruturam nossos corpos de maneiras específicas (Foucault, 1996; 2008).

O corpo, portanto, permanece um campo de batalha onde forças sociais e políticas exercem sua influência, tentando conformar as identidades, sexualidades e as aparências físicas às exigências estabelecidas pelo poder dominante.

Mas o que é Corpo dentro de uma visão contemporânea? Na contemporaneidade, a concepção do corpo vai além de uma definição meramente biológica e estática, que o considera apenas como uma estrutura física composta por células especializadas que se organizam para formar órgãos e membros. Autoras contemporâneas, como Butler (2002; 2004; 2018) e Haraway (2009a, 2009b), desafiam essa visão tradicional ao argumentar que o corpo é um constructo social,



complexo e dinâmico, construído por fatores sociais, culturais e até mesmo tecnológicos.

Butler (2002; 2004; 2018), por exemplo, questiona a noção convencional do corpo como uma realidade pré-dada, enfatizando que ele é esculpido por normas de gênero, linguagem e práticas culturais. Em suas obras, destaca como o corpo é constantemente interpretado e performado dentro de um contexto social, desafiando a ideia de um corpo meramente biológico, evidenciando sua maleabilidade e as influências externas que o constituem.

Para Butler (2002, p.31) “ não há nenhuma referência a um corpo puro que não seja ao mesmo tempo uma formação adicional desse corpo”, essa perspectiva reconhece a influência poderosa do contexto social, cultural e histórico na formação e na percepção do corpo. Não há uma essência corpórea que não seja configurada pelas experiências, relações e interações sociais ao longo da vida. A admissão de que o corpo é uma construção multifacetada e em constante formação implica em compreender que nossas identidades corporais são produtos das normas, valores e práticas culturais que nos cercam.

O corpo, longe de ser uma evidência biológica, é uma construção cultural profundamente enraizada em processos sociais e pedagógicos. Como nos lembra Albuquerque Júnior (2020), não nascemos com um corpo, mas com carnes, matéria bruta que só adquire sentido e forma por meio da linguagem, da cultura e das normas sociais que aprendemos ao longo da vida. “Não nascemos com corpos, mas aprendemos a ser corpo, aprendemos a transformar carnes em corpos” (Albuquerque Júnior, 2020, p. 261) a carne, nesse sentido, é apenas o ponto de partida; é através dela que nos tornamos corpo, que encarnamos significados, modelos e concepções historicamente produzidas sobre o que é ser esse corpo. Assim, o corpo não é um dado natural, mas um artefato. Algo que se fabrica a partir da socialização, da educação e das pedagogias cotidianas que ensinam como nos mover, nos apresentar e até mesmo nos perceber. Essa perspectiva rompe com as visões essencialistas e biologizantes, ressaltando que é a cultura que nos dá corpo, que o define, o prescreve e, muitas vezes, o limita.

Isso nos convida a questionar noções preestabelecidas de “normalidade” e a reconhecer a diversidade e a fluidez das expressões que o corpo tem, possibilitando uma compreensão mais ampla e inclusiva das diferentes manifestações corporais.

Nossas ideias de masculino e feminino variam de acordo com a cultura, e esses termos não possuem significados fixos. Eles são dimensões culturais de nossas vidas que assumem formas diferentes e renovadas no decorrer da história e, como atores históricos, nós temos alguma liberdade para determinar esses significados. Mas o objetivo dessa teoria era gerar mais liberdade e aceitação para a gama ampla de identificações de gênero e desejos que constitui nossa complexidade como seres humanos (Butler, 2017, p. 04)

Por outro lado, Haraway (2009 a, b), propõe uma visão do corpo que transcende as



fronteiras tradicionais entre seres humanos, máquinas e natureza. Ela desafia a distinção entre corpo e tecnologia, introduzindo a ideia de corpos ciborgues, onde a interconexão entre humanos e tecnologia é uma realidade. Para ela, o corpo está em constante metamorfose, influenciado pelas relações com o mundo tecnológico e ecológico ao nosso redor.

[...] existe, entretanto, uma criatura tecno-humana que simula o humano, que em tudo parece humana, que age como um humano, que se comporta como um humano, mas cujas ações e comportamentos não podem ser retroagidos a nenhuma interioridade, a nenhuma racionalidade, a nenhuma essencialidade, em suma, a nenhuma das qualidades que utilizamos para caracterizar o humano, porque feita de fluxos e circuitos, de fios e de silício, e não do macio e fofo tecido de que somos ainda feitos, então é a própria singularidade e exclusividade do humano que se dissolve (Haraway, 2009b, p. 13)

É o corpo contemporâneo com sua estrutura complexa e multifacetada, composta por inúmeras camadas que o constituem e se interconectam, constantemente criando e recriando a sua própria essência singular.

Tais perspectivas desafiam a ideia de um corpo estático e predefinido, ressaltando sua maleabilidade, sua relação com o ambiente e as construções sociais e culturais que o estruturam. Esta visão contemporânea nos convida a repensar e ampliar nossa compreensão do corpo para além de sua estrutura física, considerando suas interações dinâmicas com o mundo que o cerca.

Na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler (2018) introduz o conceito crucial de “corpos abjetos”, uma ideia fundamental na teoria *queer* e nos estudos de gênero. A autora mergulha na complexidade da construção social dos corpos e identidades, desvendando como as normas sociais exercem um papel central na determinação do que é socialmente aceito ou considerado “normal” no que diz respeito ao espectro de gênero e sexualidade.

Ela desafia as percepções tradicionais, desvelando como essas normas esculpem e influenciam não apenas a maneira como nos vemos e nos identificamos, mas também como são estabelecidos os sistemas de poder que regem as relações sociais. Ao analisar a noção de “corpos abjetos”, ela convida à reflexão crítica sobre as estruturas sociais, apontando para a necessidade de desconstruir e reconstruir nossos entendimentos sobre gênero e sexualidade.

Abjeção, por outro lado, é imoral, sinistra, ardilosa e sombria: um terror que dissimula, um ódio que sorri, uma paixão que usa o corpo para negociação em vez de inflamá-lo, um devedor que o vende, um amigo que o apunhala. [...] A abjeção [...] atinge seu ápice quando a morte, que, de qualquer forma, me mata, interfere naquilo que, em meu universo vivo, deveria me salvar da morte: a infância, a ciência, entre outras coisas ⁷ (Kristeva, 1982, p. 04. Tradução nossa).

7 Abjection, on the other hand, is immoral, sinister, scheming, and shady: a terror that dissembles, a hatred that smiles, a passion that uses the body for barter instead of inflaming it, a debtor who sells you up, a friend who stabs you. [...] The abjection [...] reaches its apex when death, which, in any case, kills me, interferes with what, in my living universe, is supposed to save me from death: childhood, science, among other things.



Corpos abjetados⁸ (BUTLER, 2018) referem-se a corpos que são considerados fora das normas e, portanto, são excluídos ou marginalizados pela sociedade. Esses corpos desafiam as categorias tradicionais de gênero e sexualidade, e são frequentemente submetidos a estigmatização e discriminação. Por esta lógica podemos aferir que o corpo de Pessoas Com Deficiências (PCD's), pessoas negras, mulheres, pessoas da comunidade LGBTI+, pessoas Judias e outras são corpos que são/foram abjetados ao longo da história da humanidade.

Quando este corpo desafia as normas preestabelecidas do que se espera/esperava, ele transcende os limites impostos pela sociedade, adentrando um espaço que Butler (2002, p. 26, tradução nossa) denomina de *Exterior constitutivo*⁹, desafiando as fronteiras dessas normas e regras, tornando-se, por conseguinte, abjetado e inadmissível.

Butler (2018, a) argumenta que a noção de corpos abjetados é fundamental para entender como a identidade de gênero e a sexualidade são construídas e reguladas pela sociedade. Ao questionar a ideia de que existem categorias fixas e binárias de gênero e sexualidade, a autora argumenta que essas categorias são socialmente construídas e que a própria noção de um corpo “normal” é uma ilusão.

O corpo é uma estrutura complexa, longe de ser uma máquina, ele envolve diversos processos dinâmicos e intra/inter-relações complexas que transcendem a sua simples funcionalidade. No entanto, para além dessas interligações físicas/químicas/sociais/culturais, o corpo é, acima de tudo, memórias, que confere significado e vitalidade a essa complexa estrutura.

Essas memórias quando “[...] expressas em histórias de vida constituem narrativas que revelam motivações, valores, escolhas, desafios superados, dores e prazeres de um corpo em movimento no ir e vir do tempo-espaço.” (Oliveira, *et al.*, 2023), e como ato de autopreservação, frequentemente, recorremos a mecanismos para silenciar ou minimizar lembranças que evocam experiências desagradáveis gravadas neste corpo. Contudo, apesar de nossos esforços, tais memórias persistem no corpo como “tatuagens”, manifestando-se de maneira intensa, presente e resiliente.

Cada passo que dou¹⁰, cada lugar que visito, imprime em meu corpo uma nova linha da narrativa de minha história, uma nova camada de significado, que precisa ser narrada, explanada, pois é “Só narrando a experiência que me/nos passa, me/nos acontece e faz sentido, é que poderá ser possível a transformação de mim, do outro, da história, do mundo e do contexto e cultura da

⁸ Optamos por flexionar a palavra “abjetos” para “abjetados”, pois acreditamos que esses corpos, ao serem transformados em “abjetos”, passam por essa ação de exclusão e ou marginalização, eles não são abjetos, eles são tornados abjetos (sofrem esta ação do meio social).

⁹ *Constitutive outside.*

¹⁰ Primeiro autor do artigo.



qual faço parte [...]” (Morais, 2022, p. 224).

As ruas que percorri/percorrerei, as montanhas que escalei/escalarei, os mares que naveguei/navegarei – todos esses lugares contribuíram/contribuirão para a (re)construção de quem eu sou e serei, integrando-se em minha história pessoal e cultural. Meu corpo, portanto, não é apenas um receptáculo passivo de experiências, mas um ativo narrador que registra, interpreta e transforma esses encontros em conhecimento e identidades.

Na tentativa de apagar algumas dessas “tatuagens” inscritas em meu corpo, fui subitamente envolvido novamente no redemoinho dessas lembranças. Durante um congresso no mestrado, uma amiga, de forma aparentemente “brincalhona”, questionou-me sobre como eu abordava um “marginal” atraente quando estou de serviço, insinuando que minha sexualidade poderia sobrepor meu profissionalismo como agente de segurança pública. Naquele momento, desviei do assunto, mas aquela pergunta me atravessou profundamente, causando desconforto por dias, evocando uma série de outras situações vividas anteriormente na corporação devido a minha sexualidade.

Por isso, percebo e advogo do princípio de que, escrever um texto narrativo ou (auto) biográfico precisa expressar um conjunto de sensibilidades que embalam e movem o(a) narrador(a), em função dos acontecimentos por si vividos, e, portanto, extrapola as dimensões científicas, puramente metódicas ou que se tecem em um modo de escrever positivista ou cartesiano. Longe disso, escrever narrativamente toma conta de pulsações que envolve, atravessa o sujeito e transborda em emocionalidades, desejos, prazeres e (des)encantamentos diversos (Morais, 2024, p. 12).

Entrei para a polícia militar, quase por acaso. Estava cursando licenciatura em biologia, no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), quando o edital do concurso foi divulgado. Foi uma amiga de turma quem viu e me falou sobre o concurso. Confesso que não fiquei muito entusiasmado, ciente da reputação da instituição, que nem sempre era/é acolhedora para corpos como o meu. No entanto, na última semana, minha amiga, de forma provocativa, desafiou-me a fazer a inscrição. Por ser competitivo, acabei aceitando e me inscrevi, embora não tenha me preparado adequadamente. Para minha surpresa, acabei sendo aprovado. Fiquei feliz e também bastante apreensivo, pois a próxima etapa seria o Teste de Aptidão Física (TAF)¹¹ e posteriormente o Curso de Formação de Soldados (CFSD)¹², previsto para seis meses de duração.

Após passar pelo TAF com dificuldades, mas conseguindo a aprovação, fiquei imerso em

11 Fase de avaliação de caráter eliminatório em processos seletivos militares é um desafio que transcende a mera análise física, demandando resiliência e determinação das/os candidatas/os frente a testes extenuantes, os quais visam não somente a resistência à fadiga física, mas também a capacidade de perseverar em condições adversas, revelando não apenas a aptidão física, mas principalmente o comprometimento e a resolução necessários para enfrentar as demandas e desafios inerentes ao serviço militar.

12 O curso é um programa estruturado que visa preparar pessoas para desempenharem funções nas forças policiais ou militares. Ele abrange uma variedade de disciplinas teóricas e práticas essenciais para o exercício da profissão. Este tipo de curso normalmente inclui matérias como técnica policial militar, direitos humanos, tiro policial militar, legislação, policiamento ostensivo, noções de Direito, policiamento comunitário, entre outras áreas fundamentais para a compreensão dos deveres/direitos, habilidades e responsabilidades inerentes ao trabalho policial ou militar.



reflexões sobre iniciar ou não o curso de formação. Meu pai, um homem de sabedoria singular, estava me apoiando durante todo esse processo e celebrava minha conquista com imensa alegria. Em uma conversa franca com ele, expressei minhas dúvidas sobre dar início ao curso de formação de soldados da PMMA. Foi então que ele, com sua percepção única, questionou se meu receio era decorrente do medo do julgamento sobre minha sexualidade. Como evangélicos, eu já havia compartilhado com ele e minha mãe sobre minha orientação sexual. Senti-me tão acolhido e encorajado por ele, foi transformador. Saí daquela conversa revigorado, determinado a seguir em frente com o CFSD, percebendo que a coragem sempre esteve em mim, e que o apoio e a compreensão dele fortaleceram ainda mais minha determinação em enfrentar qualquer desafio que surgisse no caminho.

Ao me matricular no CFSD, no dia em que ainda éramos consideradas “civis”, fui surpreendido por uma situação desconfortável. Fomos organizadas/os em fileiras enquanto várias/os policiais inspecionavam nossas vestimentas e cortes de cabelo. Presenciei algumas/os policiais comentando de maneira depreciativa sobre o cabelo rosa de um dos candidatos presentes. Elas/es retiraram algumas pessoas que estavam de bermuda, deixando o restante de nós sob o sol por aproximadamente duas horas, antes de começarem a chamar uma/um por uma/um para a entrega dos documentos necessários para efetivar a matrícula no curso de formação.

Enquanto um outro policial se dirigia a nós através de um microfone, proclamando que, a partir daquele momento, deveríamos modificar nossa postura, vestimenta, escolhas de companhias e lugares que frequentamos. Ele enfatizava que éramos agora representantes de honra e valor, usando as palavras “homens/senhores” de forma geral, apesar da presença de várias mulheres no grupo. Foi ressaltado que a sociedade esperava um comportamento diferenciado de nossa parte, destacando expectativas específicas em relação à conduta.

O curso de formação começou dois dias após a matrícula ser efetivada, com uma rotina rigorosa. Nos era exigido estar em formação na quadra todos os dias, de segunda a sábado, a partir das 5h da manhã, com o encerramento previsto para as 19h. Entretanto, frequentemente o pelotão era submetido a penalidades, resultando em permanência prolongada na instituição - uma situação chamada de ficar “agarrado”. Isso implicava passar a noite inteira no local, realizando guarda, e podia ocorrer por diversos motivos, tornando-se uma ocorrência comum durante o curso.

Após enfrentar diversas dificuldades, completei com êxito o curso de formação de soldados da PMMA e fui designado como Soldado da PMMA. Com oito meses de serviço na instituição, decidi oficializar minha união com meu marido, com quem já compartilhava seis anos de convivência. A celebração do nosso casamento era um sonho antigo e planejamos uma viagem



de oito dias pelo Nordeste. Para possibilitar essa ocasião especial, busquei a licença núpcias de oito dias, um direito concedido a todas/os as/os policiais militares ao se casarem, visando assim desfrutar desse momento único ao lado da pessoa que amo.

Antes de requerer a licença núpcias, busquei orientações com colegas de trabalho que já haviam passado por esse processo. Todas/os relataram que a solicitação era simples e sem complicações, muitas/os delas/es tendo feito o pedido apenas uma semana antes de seus próprios casamentos. Com base nessas instruções, preparei o requerimento de solicitação, redigi o ofício detalhando os motivos e anexei o documento oficial do cartório com os dados dos noivos, seguindo os procedimentos recomendados para formalizar o pedido de licença.

Enviei os documentos necessários ao setor responsável com um mês de antecedência à data do casamento. Uma semana após o envio, recebi um chamado para uma reunião com a Coronel encarregada daquele setor no Quartel do Comando Geral (QCG). Essa convocação me deixou bastante apreensivo, pois não era o procedimento comum para solicitação dessa licença. Dirigi-me à reunião e levei meu celular para gravar o áudio da conversa, pois estava incerto sobre o que poderia me aguardar nesse encontro.

Ao chegar no setor, fui recebido de maneira calorosa pela Coronel, que me cumprimentou cordialmente e ofereceu água ou café. Apesar da atmosfera amigável, manifestei minha perplexidade diante da convocação para aquela reunião. Com um sorriso, a oficial me convidou a sentar-se. Percebi que meu requerimento e documentos estavam dispostos sobre a mesa dela e, de forma inesperada, ela comentou: *“Você tem noção do quanto a sua solicitação está me causando dor de cabeça?”*.

Manifestei minha surpresa diante do “problema”, ressaltando que a minha solicitação era respaldada por uma lei interna da instituição, e que eu havia submetido o pedido com antecedência suficiente para sua análise e aprovação. A oficial começou a falar sobre coragem, expressando sua admiração, mencionando que eu era “topetudo¹³” e perguntou se eu tinha ciência de ser o primeiro policial *gay* a solicitar tal licença na PMMA.

Sinceramente, essa informação me surpreendeu, e ela continuou explicando que, pessoalmente, estava tudo bem para ela, pois reconhecia como um direito meu, mas revelou que, como estava ocupando o cargo de forma interina e era considerada a coronel mais moderna, enfrentava resistências por parte de outros oficiais superiores, mais conservadores. Indicou que, provavelmente, a autorização seria concedida, porém não na data que eu desejava.

Em resposta, eu expliquei firmemente que tinha intenção de tirar a licença na data solicitada,

13 Uma palavra que frequentemente usamos no meio militar como um adjetivo para pessoas corajosas.



pois já havia feito todos os preparativos e pagamentos necessários. Salientei que a solicitação havia sido feita com tempo suficiente para a sua aprovação. Além disso, mencionei que, caso não fosse deferida, o documento que estava em sua mesa seria encaminhado ao governador e à mídia, de forma que seria público o motivo pelo qual não foi deferido quando solicitado à instituição.

Ela sorriu e comentou: “*Eu te falei, você é topetudo*”, pedindo que eu aguardasse na sala dela enquanto saía. Cerca de 30 minutos depois, ela retornou com um sorriso, assegurando que tudo estava resolvido e que a licença me seria concedida. No entanto, ela expressou uma preocupação, questionando se eu planejava me casar trajando o uniforme militar.

Essa pergunta me provocou um sorriso interno, mas respondi prontamente que não, pois isso não era relevante nem para mim nem para meu companheiro. No entanto, afirmei que, se fosse o caso, eu faria questão de enviar o pedido oficial, pois era um direito de toda/o militar.

De maneira amigável, ela me desejou felicidades e alertou que, ao sair o boletim interno e todas/os as/os policiais lessem sobre a licença, poderia haver algum tipo de reação adversa, como boicotes ou manifestações de preconceito.

Após retornar para casa, fiquei muito reflexivo em relação às últimas palavras de orientação que a oficial me deu. Passaram-se alguns dias até que finalmente celebramos nosso casamento, um dia incrível, lindo e mágico. No dia seguinte, começamos nossa viagem de lua de mel. Estávamos no Ceará quando de repente, comecei a receber vários *prints* de colegas meus da PM, que participavam de grupos aos quais eu não estava conectado, contendo fotos minhas e do meu esposo, acompanhadas por comentários preconceituosos e criminosos. Como: “*Pode isso Arnaldo*”¹⁴? *Esse povo na corporação?*”; “*uma vergonha pra gente*”; “*bem que minha avó disse, que eu ia morrer e não ia ver coisas*”; “*eu tenho é nojo, um absurdo deixarem acontecer isso*”.

Foi um golpe devastador, pois eu sempre mantive meus perfis de redes sociais separados da minha identidade profissional na polícia, visando preservar minha vida pessoal e profissional. A cada momento, novas capturas de tela de grupos diferentes começavam a chegar - grupos da capital, de áreas rurais e de vários batalhões do Maranhão. Decidi não mexer mais no celular naquele dia, desliguei-o e busquei aproveitar o momento. No dia seguinte, ao ligar meu celular e acessar o Facebook, deparei-me com cerca de cinco ameaças de pessoas desconhecidas (perfis *fakes*). Mensagens que expressavam desejo pela minha morte, injustiças apontadas, citando que muitas/os policiais valiosas/os morrem em serviço enquanto eu, visto como um “lixo”, ainda estava

14 Essa expressão é usada de forma coloquial no meio militar para coisas que envolve policiais em situações muito absurdas. Por exemplo: um policial é pego dentro de uma boca de fumo comprando drogas. A frase “Pode isso, Arnaldo?” é usada de maneira irônica para ressaltar a evidente violação das normas e ética profissional. Essa expressão é uma forma de questionar retoricamente algo que é claramente impróprio ou inaceitável no meio militar.



vivo. Fui advertido de que o que era meu estava guardado e que, no momento certo, eu receberia minha devida resposta. Foi um choque diante dessa enxurrada de ódio e ameaças repentinas.

Foi um dos dias mais difíceis desde que nos casamos. Estava tomado pelo medo e ansiedade, relatei ao meu esposo tudo o que estava acontecendo, e ele também ficou muito preocupado. Foi um dia aterrorizante e turbulento; passamos horas lendo os *prints* e mensagens que não paravam de chegar. Todo o planejamento que tínhamos para o dia foi deixado de lado, e não conseguimos aproveitar nada do que havíamos programado fazer. A situação nos deixou abalados e com um sentimento de incerteza sobre o que poderia acontecer em seguida.

Na manhã seguinte, decidi desativar os aplicativos de redes sociais e tentar aproveitar o restante dos dias que tínhamos para desfrutar da viagem. No entanto, como mencionei antes, existem memórias que são como tatuagens indelévels em nosso corpo. Aquelas palavras e ameaças já estavam gravadas em mim, de modo que, por mais que tentasse viver o momento, vez ou outra cada palavra, cada ameaça, cada captura de tela parecia saltar do meu corpo, invadindo meus pensamentos e minando a tranquilidade que eu tentava buscar. A angústia persistia, tornando difícil escapar da situação angustiante em que me encontrava.

Os oito dias de licença se passaram e, ao retornar para casa, retomei minhas atividades no batalhão onde estava lotado. Contudo, na mesma semana, fui transferido da Unidade devido a uma suposta “necessidade do serviço”. O batalhão enfrentava uma escassez de pessoal e, mesmo assim, fui realocado para o Quartel do Comando Geral (QCG). Essa mudança não foi tão negativa, pois anteriormente eu estava designado para uma viatura de rua e agora passaria a trabalhar no setor administrativo do Comando Geral.

Na primeira semana trabalhando no setor administrativo do quartel, um colega de seção me perguntou se eu conhecia o policial *gay* da minha barra que tinha se casado recentemente. Achei a pergunta estranha, pois na verdade ele estava se referindo a mim. Disse a ele que sim, que eu o conhecia de vista. Foi então que esse colega começou a relatar que haviam visto esse policial em um bar, envolvido em situações íntimas com um Major da PM, que também era assumidamente *gay* e que eu só conhecia de nome. Ele descreveu a situação de forma pejorativa, insinuando que o policial que casou tinha feito todo o circo para depois viver traindo o companheiro dele. Diante disso, questionei a veracidade da história e se era realmente com o policial que havia casado. Ele assegurou que sim, baseando-se nos comentários que circulavam em grupos de mensagens, e até me mostrou algumas dessas mensagens.

Fiquei extremamente surpreso e alarmado com o esforço em criar uma narrativa para desmerecer e desacreditar o meu casamento. Ao chegar em casa, compartilhei essa história com



meu marido, que ficou igualmente perplexo com o relato. Foi um choque perceber o quanto as narrativas eram criadas, distorcidas e utilizadas para diminuir a legitimidade e a seriedade do nosso compromisso matrimonial.

Eu estava constantemente inquieto e perturbado, ainda muito marcado pelas ameaças que pairavam em minha mente. Evitava sair de casa e constantemente verificava se havia algum veículo me seguindo. A preocupação era constante. Diante desse contexto, busquei ajuda de profissionais da saúde mental, pois percebi que essas circunstâncias estavam impactando seriamente minha saúde psicológica e emocional. Reconheci a importância de cuidar da minha saúde mental diante do impacto significativo desses eventos em minha vida.

[...] E instituições sociais, incluindo instituições religiosas, escolas e serviços sociais e psicológicos, também deveriam ter capacidade de apoiar essas pessoas em seu processo de descobrir como viver melhor com seu corpo, buscar realizar seus desejos e criar relações que lhes sejam proveitosas. Algumas pessoas vivem em paz com o gênero que lhes foi atribuído, mas outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver (Butler, 2017, p. 03-04).

Após refletir, decidi reinstalar minhas redes sociais e não permitir que os comentários de ódio mudassem o curso da minha vida. Decidi retomar o controle e assumir as rédeas da minha própria história. No entanto, ao abrir novamente o *Facebook*, ainda haviam ameaças vindas de perfis falsos. Entre as mensagens recebidas, três delas eram de perfis com fotos de policiais (perfis verdadeiros), sendo uma mulher e dois homens. Elas/es me enviaram mensagens positivas, desejando felicidades, expressando a satisfação em ver alguém como eu abrindo caminho e revelaram que também eram policiais LGBTI+, viviam com suas/seus parceiras/os e compartilharam a dúvida se era possível oficializar a licença para pessoas como nós na Polícia Militar. Encorajaram-me a manter a firmeza diante das adversidades e a não dar ouvidos ao que estava sendo dito nos grupos. Aquelas palavras daquelas/es policiais (re)tatuaram meu corpo, serviram como um reforço positivo, fortalecendo-me diante da situação desafiadora em que me encontrava. Foi um impulso de energia e coragem.

Afinal de contas, existe uma força indexical do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível para a cobertura da mídia: é esse corpo, e esses corpos, que exigem emprego, moradia, assistência médica e comida, bem como um sentido de futuro que não seja o futuro das dívidas impagáveis; é esse corpo, ou esses corpos, ou corpos como esse corpo e esses corpos que vivem a condição de um meio de subsistência ameaçado, infraestrutura arruinada, condição precária acelerada (Butler, 2018 b, p. 12).

Essa força indexical do corpo, apontada por Butler (2018 b), remete a uma política da presença, uma corporeidade que, ao se fazer visível no espaço público, interroga a ordem social



e os regimes de reconhecimento. Quando corpos historicamente marginalizados ocupam lugares de enunciação e visibilidade, eles não apenas denunciam desigualdades estruturais, mas também tornam-se manifestações vivas de demandas por justiça social. A presença desses corpos desafia a normatividade que regula quem pode aparecer, ser ouvida/o, ser cuidada/o ou mesmo ser considerada/o plenamente humana/o. Assim, a visibilidade corpórea não é mera exposição: é resistência, é política encarnada.

Os corpos que Butler (2018 b) evoca não reivindicam apenas direitos abstratos, mas condições concretas de existência: alimento, saúde, moradia, trabalho e dignidade. Esses corpos, marcados pela precariedade, racialidade, gênero, sexualidade e classe, expõem as falhas das instituições que deveriam garantir o mínimo para a vida digna.

Ao emergirem como corpos coletivos, corpos que se reconhecem mutuamente em sua dor e em sua potência, instauram um novo modo de fazer política. Um fazer que começa no chão das ruas, nas ocupações, nas filas dos hospitais, nas periferias e nas prisões. Um fazer que transforma carne em corpo político, precariedade em denúncia, e dor em mobilização. É nesse cenário que a pedagogia do corpo se revela: uma pedagogia que não se limita às salas de aula, mas que se inscreve nos gestos cotidianos de resistência e (re)existência. Afinal, como afirmam movimentos sociais, o corpo é o primeiro território de luta.

Atualmente, permaneço como policial militar, e este trajeto tem sido repleto de desafios árduos e obstáculos inesperados. É evidente, por vezes, nos olhares das pessoas ao meu redor, que a minha presença incomoda a muitas/os. No entanto, eu vejo o meu próprio corpo como uma manifestação política. Acredito firmemente que, mesmo em ambientes que não sejam receptivos para pessoas como eu/nós, é crucial e necessário ocupar esses espaços.

Entendo que a representatividade e a presença de pessoas LGBTI+ em instituições como a Polícia Militar são fundamentais para impulsionar a mudança e a inclusão. Embora a jornada seja desafiadora e, por vezes, solitária, o propósito de desafiar normas e preconceitos persiste. É essencial que lutemos para alcançar a igualdade, contribuindo para criar um ambiente mais inclusivo, respeitoso e diversificado dentro das instituições e na sociedade como um todo. Cada passo que dou é uma afirmação do meu direito de existir e contribuir para uma mudança positiva, mesmo diante das adversidades.

À medida que me movimento pelo mundo, meu corpo que outrora o via/viam como corpo-abjeto/abjetado se torna corpo-território (Miranda, 2015; 2017; 2020) se adapta, cresce e se redefine, sempre em diálogo com o ambiente e as culturas que encontro.

É uma entidade dinâmica que aprende através dos atravessamentos das experiências,



constantemente trocando de pele, alcançando novas formas de ser e expandindo nossas concepções de realidade. Cada interação, cada sensação, cada movimento se transforma em palavras não ditas, escritas nas profundezas da nossa existência, tecendo uma narrativa contínua que reflete a riqueza de nossas vivências e a complexidade das nossas identidades. Assim, o corpo-território se torna um palimpsesto, onde cada camada de experiência se sobrepõe às anteriores, revelando uma história multifacetada de transformação e crescimento (Miranda, 2015; 2017; 2020).

As marcas deixadas por essas interações são indelévels, compondo um mapa vivo das minhas experiências e das minhas transformações internas. Este processo contínuo de escrita e reescrita revela a profundidade e a riqueza das geobiografias que habitam em mim, destacando a importância de reconhecer o corpo como um território em constante transformação, cheio de histórias a serem contadas e descobertas.

[...] Numa geobiografia, o sujeito (auto) reinventaria (poiese) as suas relações com o espaço, paisagens, territórios, cantos, lugares, refúgios etc., e faria uma reflexão sobre as experiências vividas, errâncias, itinerâncias, deambulações, paradas, caminhos reais ou imaginários em busca de apreender aspectos fundantes da historicidade de sua condição humana na terra (Passeggi, 2015, p. 12)

O corpo, como território, abriga todos os elementos de uma terra fértil e, para que floresça em seu pleno potencial, necessita de um manejo delicado e cuidadoso. Tal como um jardim que se liberta dos agrotóxicos e outras substâncias nocivas, nosso corpo precisa estar livre de influências prejudiciais para que sua flora e fauna internas possam crescer e prosperar em harmonia.

4 Abraçando a diversidade e a singularidade dos corpos – “(...) eu vejo o meu próprio corpo como uma manifestação política”

É vital reiterar a importância crucial de permitir que os corpos abjetados ocupem espaços que historicamente lhes foram negados. A presença de pessoas homoafetivas em diferentes esferas, incluindo instituições militares, é mais do que uma questão de representatividade, é uma afirmação de direitos inalienáveis e a reivindicação de espaços há muito tempo negados. Refletir sobre os direitos dessas pessoas é um passo importante para a construção de sociedades mais inclusivas.

Com base na narrativa apresentada, evidencia-se a intensidade dos danos psicológicos causados pelas violências homofóbicas vivenciadas pelo narrador. As experiências relatadas fragilizaram sua saúde mental revelando a urgência de reconhecermos os impactos que a homofobia, assim como outras formas de opressão, pode gerar nas pessoas, especialmente quando essas violências são sistemáticas, silenciosas ou naturalizadas no cotidiano social.

Diante disso, torna-se indispensável que a sociedade se prepare para lidar com a diferença em todas as suas expressões, seja ela de ordem racial, de gênero, de classe, sexual ou cultural. A



construção de espaços mais seguros, acolhedores e respeitosos passa pelo compromisso ético com a escuta, a empatia e a desconstrução de preconceitos historicamente enraizados. Mais do que tolerar, é necessário promover ativamente a valorização da diversidade como princípio fundamental de uma convivência verdadeiramente democrática.

As instituições militares, tradicionalmente envoltas em uma cultura de rigidez, hierarquia e conservadorismo, precisam reavaliar e (re)estruturar suas políticas e treinamentos para abraçar a diversidade. É necessário que essas instituições preparem suas/seus policiais para a realidade contemporânea, onde a diversidade não é apenas uma opção, mas uma necessidade intrínseca. Formar e educar as/os agentes para compreender, respeitar e proteger os direitos da população LGBTI+ é uma medida progressista e sobretudo uma obrigação moral, um direito inalienável da pessoa humana é a reivindicação em vista da construção de uma cultura, educação e sociedade mais democrática, solidária, humanizada e plural.

Ao adotarem uma postura de apoio e inclusão em relação a estes corpos, reconhecendo que essas pessoas também fazem parte integrante dessas instituições, seria mais do que um ato de justiça social; seria uma estratégia para fortalecer as instituições militares como um todo. Ao oferecer suporte e garantir a equidade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou outras características, as instituições militares podem colher benefícios significativos, como a promoção de um ambiente de trabalho mais colaborativo, a diversificação de perspectivas e habilidades, e o fortalecimento da coesão e eficácia das operações militares.

A inclusão não pode ser apenas uma palavra em discursos institucionais; deve ser um compromisso real, refletido nas práticas e políticas diárias. É hora de quebrar barreiras, remover estigmas e estereótipos e criar um ambiente onde todas/os se sintam valorizadas/os e respeitadas/os. Esta escrita se torna crucial para intensificar as vozes desses corpos que frequentemente são silenciadas e suprimidas. O objetivo foi proporcionar a oportunidade para que essas vozes se unam, elevando-se juntas, em vez de serem subjugadas ou marginalizadas. Esta iniciativa buscou promover a visibilidade e o reconhecimento dessas identidades muitas vezes negligenciadas, oferecendo um espaço onde suas narrativas e experiências possam ser legitimamente compartilhadas e valorizadas. Ao destacar essas vozes silenciadas, buscamos trazer à tona a importância da diversidade e inclusão e também encorajar uma reflexão crítica sobre a necessidade de se quebrar padrões opressivos que historicamente têm excluído tais corpos.

Ao defender a inclusão desses corpos em todos os espaços e lutar pelos direitos da população LGBTI+ estamos construindo um mundo mais justo e também fortalecendo as instituições e a



sociedade como um todo. A diversidade não é uma fraqueza, mas sim um reflexo da riqueza e da complexidade da humanidade. E é somente quando abraçamos essa diversidade que podemos alcançar verdadeiramente a igualdade, equidade e justiça para todas/os.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. D. (2020). (MAIS)CULINOS: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, v.17, n.29, p. 260–281, 2020. <https://doi.org/10.18817/ot.v17i29.776>

BRUNER, Jerome; WEISSER, Susan. *A invenção do ser: A autobiografia e suas formas*. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade..* São Paulo: Ática, 1995. pg. 141-161

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. *Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil*. Entrevista concedida a Folha de São Paulo. 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performática de assembleia*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2018b.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e Educação: Figuras do indivíduo-projeto*. 2. ed. Natal: EDUFERN, 2014.

ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. organização e tradução Tomaz Tadeu*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b.

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror - An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Experiências do corpo-território: possibilidades afro-brasileiras para a geografia cultural. *Elisée*, Porangatu, v. 6, n. 2, p. 116-128, 2017. Disponível em:



<http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6621/5096>.
Acesso em: 17 mai. 2024.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. O Ijexá que conduz o corpo-território a desenhar: saberes do Afoxé Pomba de Malê. In: MIRANDA, E. O. (org.). *Educação afro-brasileira: encruzilhadas das experiências culturais*. Salvador: Kawo-Kabiyesile, 2015.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. *Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência*. Salvador: EDUFBA, 2020.

MORAIS, Joelson de Sousa. *Fios e tramas em contextos de pesquisa formação e suas implicações na tessitura narrativa de professores/as iniciantes*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2022.

MORAIS, Joelson de Sousa et al (org.). *Porque escolher a narrativa (auto) biográfica na vida, pesquisa e formação? Algumas provocações*. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2024.

OLIVEIRA, Kelly Almeida de. et al. Quebradeira De Coco E Doutora? Sim, Senhora! O Devir De Uma Professora Para O Ensino De Matemática. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 30, n. 3, jul./set., 2023.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Educação geográfica: por uma autopoiese do espaço. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins (org.). *Educação geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes*. Salvador: Edufba, 2015.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene; OLIVEIRA, Roberta de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. *Revista Lusófona de Educação*, n. 33, 2016, p. 111-125, 2016.

